

VIOÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER: A PROPÓSITO DO DOCUMENTÁRIO “SILÊNCIO DAS INOCENTES”

GENDER VIOLENCE AGAINST WOMEN: ABOUT THE DOCUMENTARY “THE SILENCE OF THE INNOCENTS”

JUAN LUIS CONDORI GUTIERREZ

Mestre em Educação com especialização em Gestão da Educação (Universidad San Ignacio de Loyola-Peru)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1900537027711162>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2872-8023>

E-mail: juancondori@discente.ufg.br

Resumo: O artigo aborda a situação da violência de gênero, considerada como um ato plausível de danos físicos, sexuais ou psicológicos que atenta contra a vida das mulheres. O marco metodológico integrou três perspectivas de análise. A primeira partiu da revisão dos índices sobre a prevalência do fenômeno na América Latina e no Brasil, relatados em informes de organismos internacionais. A segunda incluiu reflexões a partir do documentário *O Silêncio das Inocentes*, que apresenta a situação alarmante da violência contra as mulheres na sociedade brasileira. E a terceira inseriu uma proposta discursiva de ação política do espectador, sintetizando os conceitos de Lauretis, Badiou e Rancière para estimular a relevância do documentário como dispositivo de desconstrução da violência de gênero. Em suma, pretende-se aproximar a compreensão da violência de gênero como uma interseção de múltiplas perspectivas que merecem atenção, transformando a reflexão em uma ação de luta pela defesa dos direitos humanos.

Palavras-chave: Violência de gênero. Violência doméstica contra a mulher. Lei Maria da Penha. Tecnologia de gênero. Documentário.

Abstract: The article addresses the situation of gender-based violence, considered a plausible act of physical, sexual, or psychological harm that threatens the lives of women. The methodological framework integrated three analytical perspectives. The first stemmed from a review of data on the prevalence of the phenomenon in Latin America and Brazil, as reported in documents by international organizations. The second included reflections based on the documentary *The Silence of the Innocents*, which presents the alarming situation of violence against women in Brazilian society. The third introduced a discursive proposal for political action by the viewer, synthesizing the concepts of Lauretis, Badiou, and Rancière to emphasize the documentary's relevance as a tool for deconstructing gender-based violence. In summary, the aim is to approach the understanding of gender-based violence as an intersection of multiple perspectives that deserve attention, transforming reflection into action in the struggle for the defense of human rights.

Keywords: Gender violence. Domestic violence against women. Maria da Penha law. Gender technology. Documentary.

Introdução

A violência de gênero é um drama complexo que reproduz constantemente a hegemonia do patriarcado, chegando inclusive a colocar em risco a vida e a dignidade de todas as mulheres do mundo. Na literatura especializada, está definida como o termo *intimate partner violence* (IPV), implicando o sexo masculino como figura agressora. A IPV é compreendida como um “comportamento de um parceiro ou ex-parceiro que cause dano físico, sexual ou psicológico, incluindo agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores” (OMS, 2014, p. 74, *apud* Ladrón; Montoro, 2024, p. 317).

O presente artigo pretende abordar a situação da violência de gênero como um conjunto de atos que ferem a integridade física, psicológica e sexual dos sujeitos femininos, buscando analisar, a partir de uma perspectiva metodológica integradora, a situação das mulheres no contexto dos índices de prevalência da violência doméstica, relatados por organismos internacionais como a Anistia Internacional, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU-Mulheres).

Juntamente com a análise desses índices, o trabalho foi complementado com a descrição dos fatos apresentados no documentário *O Silêncio das Inocentes*, produzido em 2010, no qual se expõe a situação alarmante dos índices de violência contra as mulheres no Brasil, destacando-se a história de Maria da Penha, que sofreu os impactos da agressividade doméstica exercida por seu companheiro em diversas situações de violência desumana. O documentário também mostra os avanços jurídicos em relação à proteção da integridade das mulheres no contexto da Lei Maria da Penha, promulgada em 2006 pelo Congresso Nacional do Brasil.

Por fim, insere-se uma proposta discursiva para a ação política, integrando conceitos como a *tecnologia de gênero* de Teresa de Lauretis, a *ideia política* de Alain Badiou e a *emancipação do sujeito* de Jacques Rancière, reforçando a presença do documentário no espectador como um dispositivo de desconstrução da violência de gênero que incentive a reflexão e a luta em defesa da igualdade de gênero, superando as formas estéticas e fílmicas do próprio dispositivo para voltar a representar a mulher como sujeito que se liberta do discurso androcêntrico, apresentando seu lado mais difamatório e obscuro em relação à violência doméstica.

Violência de gênero contra a mulher: abordagem conceitual

A violência de gênero é um dos problemas de agressão mais generalizados contra os direitos humanos das mulheres em vários países. Suas consequências são extremamente graves, pois atentam contra o corpo e a saúde emocional dos sujeitos femininos, cujos danos têm alcance de curto e longo prazo, dificultando o pleno desenvolvimento das condições sociais ligadas à igualdade. Manifesta-se no âmbito sexual, psicológico e econômico, assumindo muitas formas de violência (doméstica, sexual, mutilações ou feminicídio). Essas tipologias seguem um mesmo padrão baseado no exercício hegemônico do poder masculino, originado nas diferenças estruturais de gênero, posicionando as mulheres em situações de risco diante de determinados atos de violência.

O gênero é determinante para compreender as relações assimétricas entre homens e mulheres. Para Hernández (2014), esta categoria corresponde à ordem sociocultural, configurada a partir da base da sexualidade, por sua vez definida historicamente pela ordem genérica. No momento em que um sujeito é designado de acordo com a significação sexual de seu corpo, também se define uma referência normativa para a construção de sua masculinidade ou feminilidade, constituindo-se assim nos atributos arbitrários de sua história individual e social. Portanto, o gênero como construção social torna-se o padrão de masculinidade ou feminilidade dos sujeitos, permitindo a compreensão dos processos e mecanismos de controle e marginalização do homem sobre a mulher, em termos de papéis, deveres e proibições, até mesmo de rituais sagrados de exclusividade masculina com efeitos nas relações sexuais, sociais e políticas.

O gênero constitui uma verdadeira gramática sexual, segundo Saffioti e De Almeida (1995), normalizando comportamentos masculinos e femininos que na vida real são determinados pelos homens, que estabelecem os limites do comportamento das mulheres, determinando as regras do jogo por meio de uma disputa que tem como representação o outro oposto. No entanto, neste

ordenamento social de domínio androcêntrico, também as relações entre mulheres acabam por reforçar a presença falocêntrica em suas formas de pensamento e crenças, de modo que a violência é justificada nessa “normalização”, tornando-se finalmente um componente de controle social. Dessa forma, a violência masculina contra a mulher subjaz na sociedade, a ponto de a impunidade e a passividade se tornarem elementos discursivos complementares denotados nessa normalização.

Quanto à definição de *violência*, Castro, Riquer e Guerrero (2020) consideram que é o uso deliberado da força física ou do poder contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo ou comunidade, provocando afetação física ou psicológica, dificultando o desenvolvimento integral. Para eles, a criação, permanência e potencialização da violência têm uma dimensão espacial e temporal, manifestada em forma de fatos e comportamentos transgressores; uma dimensão sociocultural, por meio de ideologias e símbolos que justificam a violência; e uma dimensão estrutural que produz repressão, exploração, exclusão, discriminação e desigualdade.

Quando abordamos o termo *violência de gênero*, é importante levar em consideração o que é indicado na Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, promulgada em dezembro de 1993:

[...] a violência contra a mulher constitui uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e impede total ou parcialmente que a mulher desfrute desses direitos e liberdades, e preocupada com a negligência de longa data na proteção e promoção desses direitos e liberdades em casos de violência contra a mulher (Organização das Nações Unidas, 1993, p. 1)

Embora seja verdade, a compreensão geral que se tem sobre o termo *violência* é semanticamente ampla e adquire significância jurídica quando é vinculada à transgressão dos direitos humanos das mulheres e suas liberdades fundamentais que obstruem o gozo de seus direitos. Nesse sentido, a mesma declaração acrescenta o trecho em relação ao exercício assimétrico do poder masculino, indicando que a violência contra a mulher

[...] constitui uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre o homem e a mulher, que levaram à dominação da mulher e à discriminação contra ela pelo homem, impedindo o pleno avanço da mulher, e que a violência contra a mulher é um dos mecanismos sociais fundamentais pelos quais se força a mulher a uma situação de subordinação em relação ao homem (Organização das Nações Unidas, 1993, p. 1-2)

O texto anterior especifica a razão da violência de gênero contra a mulher, identificando sua origem nas relações de desigualdade no uso do poder, que historicamente foi aumentada nas comunidades dos homens, que legitimaram seu papel através da força e do discurso cultural e normativo arbitrário, categorizando a mulher como o outro, desvalorizada ou valorizada conforme a conveniência; condenada como má; venerada como deusa ou santa; embora no final subordinada a interesses individuais, sexuais, sociais e políticos.

Em 1995, foi promulgada a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, que deu um passo crucial na definição da violência contra a mulher:

[...] refere-se a qualquer ato de violência baseado no gênero que tenha como resultado possível ou real um dano físico, sexual ou psicológico, incluindo ameaças, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorra na vida pública ou privada [...]

a) A violência física, sexual e psicológica na família, incluindo espancamentos, abuso sexual de meninas em casa, violência relacionada ao dote, estupro pelo marido, mutilação genital e outras práticas tradicionais que atentam contra a mulher, violência praticada por pessoas distintas do marido e violência relacionada à exploração [...] (Organização das Nações Unidas, 2014, p. 87).

De fato, a declaração de Pequim oferece precisões sobre a violência de gênero, que é o resultado de vários danos ocorridos na vida pública ou privada, manifestados de várias formas, incluindo a violência contra parceiras e meninas, que é exercida por meio de práticas desumanas (dote, estupro, mutilação genital e exploração), colocando o homem como executor de padrões de controle sobre a vontade e o corpo feminino. Além disso, identificar a violência de gênero, especificando a agressão contra as mulheres, dá sentido às reivindicações feministas sob a perspectiva dos direitos humanos, permitindo obter sua proteção jurídica diante de situações de risco que reproduzem o desenvolvimento de papéis de gênero tradicionais que reservam os valores de subjetividade, cuidado e subordinação à autoridade masculina (Maqueda, 2006).

A especificação da forma de violência de gênero como uma agressão contra a mulher não pretende minimizar outros atos violentos que foram conceituados em torno da vulnerabilidade de outros sujeitos, como os membros de uma família (violência doméstica), grupos (sejam mulheres ou homens) em estado de conflito armado, ou meninas diante da agressão de uma mulher. Também são objeto de análise para entender a complexidade do subjugamento feminino à cultura da violência. Mesmo, de uma perspectiva crítica, todos esses casos poderiam ser implicados em uma violência de gênero, já que o abuso às mulheres está presente. No entanto, é importante ter clareza de que existem nuances na problemática da violência contra as mulheres, o que leva o Estado a priorizar diversas estratégias de atendimento. Mas também não é sustentável colocar todos os casos de violência contra o sujeito feminino na mesma categoria apelando ao sexismo. “O sexismo deve ser usado como um contexto explicativo da agressão, mas não como uma graduação dela” (Osborne, 2008, p. 121).

Portanto, é necessário redefinir a violência de gênero no contexto da violência entre parceiros, dos homens contra as mulheres, que possivelmente poderia ser chamada de violência machista ou patriarcal, referindo-se aos casos em que o homem é o responsável pela violência (Osborne, 2009). Além disso, é importante esclarecer que o uso da palavra *gênero* não se presta a reduzir sua compreensão à afetação igualitária entre homens e mulheres, aceitando uma suposta existência de violência mútua e equivalente. Essa forma de raciocínio é perigosa por tentar enfraquecer a presença do fenômeno agressivo dos homens contra as mulheres. De fato, é meritório reforçar a afirmação de que a violência masculina contra as mulheres não se limita apenas ao abuso físico, mas inclui ameaças, coerção e privação de liberdade tanto no âmbito público quanto no privado (Osborne, 2009).

Em outras palavras, a violência de gênero tem sido definida de diversas maneiras e a literatura especializada concorda com a condição subordinada da mulher na sociedade, pelo menos no Ocidente, diante dos resquícios de práticas tradicionais sobrepostas em comportamentos de poder sub-reptícios que se reproduzem nas relações entre homens, como parte do discurso consensual para estabelecer um domínio de razão; e também entre homens e mulheres. Em ambas as situações, manifestam-se os resquícios do patriarcado (Castro et al., 2020); ou o que Bonino (2002) denomina *Masculinidade Hegemônica*¹ na qual ocorrem comportamentos específicos chamados *micromachismos*, que são “[...] exercícios cotidianos do poder de dominação, comportamentos leves ou de baixa intensidade [...] habilidades astutas, comportamentos sutis ou insidiosos, repetitivos e quase invisíveis que os homens executam permanentemente [...] para se opor à mudança feminina” (Bonino, 2008, p. 95). Por outro lado, acredita-se que a cultura patriarcal tenha desaparecido, e possivelmente isso tenha ocorrido em muitas sociedades democráticas onde as liberdades e os direitos das mulheres têm sido amplamente reconhecidos, levando à superação de instituições e práticas tradicionalmente masculinas. No entanto, é importante esclarecer que o patriarcado não é uma essência, mas sim um sistema “metaestável” de dominação masculina do qual todos fazemos parte, sem que isso nos isente da responsabilidade de tentar nos distanciar criticamente de suas estruturas e, pelo contrário, agir ética e politicamente contra suas bases e seus efeitos na produção e reprodução da violência de gênero (Puleo, 2006).

1 Para Bonino (2002), a Masculinidade Hegemônica (MH) é uma estrutura simbólica - arbitrária -, composta por um conjunto de mitos, crenças e significados sobre o ser homem, que nos indica como deve ser um homem ‘autêntico’ [...]. É um selo de identificação para os homens, mas não é algo de sua ‘essência’, [...] não é algo que seja adotado voluntariamente, [...] não é um tipo de personalidade nem um estilo de vida, [...] nem está nos genitais nem nos genes. É uma ordem que impregna profundamente as identidades, e fundamentalmente é uma normativa existencial.

Prevalência de violência de gênero contra a mulher na América do Sul

De acordo com o Relatório 2022-2023 elaborado pela Anistia Internacional, a violência contra as mulheres na América continua presente e generalizada, provocando a sensação de desamparo e impunidade, cuja escalada máxima de violência se manifesta no crime contra a vida ou no feminicídio. As cifras de feminicídio têm alertado sobre a ineficácia dos sistemas de prevenção e judicialização para enfrentar essa problemática, apesar das recomendações e exortações dos organismos internacionais que zelam pelos direitos humanos.

Além disso, as mulheres e a sociedade em geral têm percebido que suas autoridades fazem pouco para prevenir e punir a violência de gênero. Mesmo muitos dos casos de violência não sendo processados judicialmente no tempo oportuno, gerando poucas expectativas para a aplicação eficaz da justiça.

As autoridades não protegeram as mulheres e as meninas contra a arraigada violência de gênero nem enfrentaram a impunidade por esses crimes. Na Argentina, [...] foram registrados 233 homicídios por razões de gênero [...], dos quais 91% ocorreram no âmbito familiar. No México, [...] foram registrados 858 feminicídios [...], facilitados pela impunidade [...]. Na Venezuela, organizações locais relataram um total de 199 feminicídios [...]. Um observatório da sociedade civil do Uruguai relatou um aumento no número de feminicídios em relação ao ano anterior, e no Peru foram registrados 124 casos desse tipo de homicídio (Amnistia Internacional, 2023, p. 39).

Por outro lado, a Organização Mundial da Saúde apresentou um relatório em 2018 sobre a prevalência² de violência física e/ou sexual contra as mulheres por parte de seus parceiros íntimos. Este relatório baseia-se na análise de dados de prevalência disponíveis de pesquisas e estudos realizados entre 2000 e 2018, obtidos por meio de uma revisão sistemática de todos os dados disponíveis sobre o objeto de estudo mencionado. De acordo com este relatório, a prevalência de violência ao longo da vida (*Lifetime prevalence*)³ em nível global revelou que 26% das mulheres que estiveram casadas ou em um relacionamento por 15 anos ou mais e 27% das mulheres que estiveram casadas ou em um relacionamento por 15 a 49 anos foram vítimas de violência física e/ou sexual por parte de seu parceiro íntimo pelo menos uma vez desde os 15 anos. Isso equivale a 641 milhões e 753 milhões de mulheres afetadas pela violência de gênero, respectivamente (WHO, 2021).

Para a região da América, os achados foram que 25% das mulheres casadas ou em relacionamento de 15 a 49 anos foram vítimas de violência física e/ou sexual por parte de seu parceiro atual ou anterior, pelo menos uma vez em suas vidas; isso equivale a um total médio entre 53 milhões e 66 milhões de mulheres (WHO, 2021). Quanto aos países na América do Sul e seguindo com o indicador de IPV ao longo da vida, para mulheres casadas ou em relacionamento de 15 a 49 anos, os números podem ser categorizados desde os mais altos até os mais baixos. Por exemplo, os países que apresentam um alto índice de prevalência de violência por parte de seus parceiros são Bolívia, com 42% (mais de 40 milhões de mulheres vítimas de violência de gênero), Peru com 38% (mais de 35 milhões de mulheres), Equador com 33% (ultrapassando os 30 milhões de mulheres), Guiana com 31% (com 30 milhões de mulheres) e Colômbia com 30% (quase chegando aos 30 milhões). E os países que apresentam um índice menor são Uruguai e Paraguai com 18% (quase 15 milhões de mulheres), Venezuela com 19% (ultrapassando os 15 milhões de mulheres), Chile com 21% (quase 18 milhões de mulheres), Brasil 23% (chegando a 20 milhões de mulheres) e Argentina com 27% (ultrapassando os 20 milhões de mulheres) (WHO, 2021).

2 Este tipo de prevalência corresponde à violência perpetrada por um esposo ou companheiro íntimo masculino, de maneira física, sexual ou psicológica, e corresponde à forma mais difundida de violência contra as mulheres no mundo (World Health Organization, 2021).

3 Significa que as mulheres foram vítimas de violência física e/ou sexual por parte de um esposo atual ou anterior ou parceiro íntimo masculino pelo menos uma vez em suas vidas (desde os 15 anos). O indicador é chamado de Intimate Partner Violence (IPV) ou 'Violência por parte do parceiro íntimo' (World Health Organization, 2021).

Os índices apresentados sobre a prevalência de violência contra mulheres casadas ou em relacionamento, entre 15 e 49 anos, levam à reflexão sobre a vigência das transgressões nas relações de casal em todo o mundo, tornando necessário que os governos reforcem os compromissos assumidos para eliminar todas as formas de violência de gênero contra a mulher.

Esses compromissos devem se traduzir em políticas e regulamentações que promovam a igualdade de gênero; capacitem organizações autônomas de direitos das mulheres para orientar a tomada de decisões na formulação de políticas; em serviços integrados, acessíveis e de qualidade centrados nas mulheres afetadas pela violência, por meio do fortalecimento das capacidades dos provedores de serviços nos setores públicos, fortalecendo respostas multissetoriais coordenadas para prevenir a violência contra as mulheres; em uma sociedade que desafie as práticas tradicionais que têm discriminado as mulheres por décadas, por meio de programas e intervenções escolares e comunitárias; em prevenção e apoio implementando estratégias e programas nacionais para acabar com a violência contra as mulheres; e na gestão de dados para fortalecer a coleta e o processamento sobre as formas de violência contra as mulheres, permitindo melhorar a avaliação, medição e tomada de decisões em políticas públicas pertinentes (WHO, 2021).

O confinamento pandêmico e a violência de gênero contra a mulher

O confinamento que as pessoas experimentaram durante a pandemia COVID-19 levou, sem condições, a outro problema: o aumento significativo dos casos de violência de gênero contra as mulheres, devido ao isolamento das mulheres em ambientes inseguros, separadas de suas redes de apoio familiar e social, que se tornaram espaços propícios para o exercício do abuso e do poder arbitrário para a transgressão psicológica e física. “É possível que as ordens generalizadas de ficar em casa para conter a propagação da COVID-19 tenham confinado as mulheres com seus agressores e criado condições perigosas para elas que (...) tiveram consequências trágicas” (ONU Mujeres, 2021a, p. 3)

A partir de um relatório publicado pela ONU Mulheres em 2021, no qual dados de pesquisas aplicadas em 13 países de todas as regiões do mundo foram compilados, foi confirmado que os índices de violência contra a mulher aumentaram, com as agressões se reproduzindo em seus espaços de confinamento. Cinco foram os resultados mais importantes do relatório que resumem essa problemática, a saber: 1) Dois terços das mulheres entrevistadas admitiram ter sofrido violência em algum momento de suas vidas e, desde o início da pandemia, metade delas reconheceu ter passado por experiências diretas ou indiretas de violência, incluindo abuso verbal, assédio sexual, abuso físico ou incapacidade de satisfazer suas necessidades básicas. A maioria das mulheres afirmou que a COVID-19 agravou a violência, sentindo-se inseguras. 2) A violência de gênero gerou consequências significativas para a saúde mental e emocional das mulheres durante a pandemia. As mulheres entrevistadas afirmaram sentir-se inseguras tanto em casa quanto em espaços públicos, e relataram ter passado por experiências diretas ou indiretas de violência, aprofundando suas sensações de estresse e ansiedade, especialmente nos casos de violência física. 3) A insegurança econômica também influenciou as experiências de violência contra as mulheres, pois, das cinco mulheres entrevistadas, quatro admitiram ter experimentado uma forma de violência, além de detalhar que seus cônjuges não tinham renda naquele momento. De fato, a insegurança alimentar foi um dos fatores que contribuíram para a manifestação da violência. As mulheres entrevistadas confirmaram que existe uma relação entre insegurança alimentar e violência, ou seja, há uma maior propensão a essa situação de agressão por parte de seus parceiros. 4) A idade não foi um obstáculo quando ocorreram situações de violência contra as mulheres. As pesquisas sobre violência de gênero se dirigem a mulheres em idade reprodutiva, de 15 a 49 anos. No entanto, as descobertas com o relatório revelaram que a violência não deixa de ocorrer em determinada idade. Pelo contrário, as mulheres com mais de 60 anos sofreram violência com uma frequência semelhante às mulheres mais jovens. 5) Em situações de violência doméstica, as mulheres geralmente não buscam ajuda externa legal e/ou profissional. Nas pesquisas, foram feitas perguntas sobre quem procurariam em situações de violência em busca de ajuda, e 49% das entrevistadas afirmaram que buscariam ajuda de sua família; 11% responderam que recorreriam à polícia e 10% afirmaram que procurariam centros de ajuda (abrigos, centros de mulheres, etc.) (ONU Mujeres, 2021b).

Los dados apresentados resumem uma situação que aparentemente poderia ter tido efeitos

positivos por parte das diversas políticas públicas de prevenção, assistência e punição contra a violência de gênero implementadas nos países do estudo. No entanto, a pandemia de COVID-19 não foi apenas um problema de saúde pública, mas também foi um cenário que agravou uma problemática social de violência contra a mulher em todas as idades, que reconheceram sentir-se inseguras em espaços privados e públicos. Em seus lares, elas foram violadas em seus direitos, agredidas verbal e fisicamente, configurando agravantes de delito, pois em muitas legislações de proteção à mulher, as formas de agressão descritas configuram um atentado contra a integridade psicológica, mental, emocional e física.

Em suma, existe uma problemática de maior complexidade ainda que é a reprodução da violência de gênero em situações de desigualdade socioeconômica, pois a impossibilidade temporária de muitas mulheres que ficaram expostas ao desemprego as tornou vulneráveis aos abusos e arbitrariedades do poder de seus parceiros, confinando-as à dependência e enfraquecendo suas decisões diante de atos violentos em seus lares. Um ponto importante a detalhar é que as mulheres que estavam empregadas haviam se empoderado mais social e economicamente, tomando decisões pertinentes para enfrentar situações de abuso violento contra sua integridade; ao contrário, as “[...] mulheres que não tinham emprego durante a pandemia [...] foram particularmente afetadas” (ONU Mujeres, 2021a, p. 8).

“Silêncio das inocentes”: A violência contra a mulher no Brasil

A violência contra a mulher na sociedade brasileira continua presente e demonstra a permanência das culturas androcêntricas como resquícios do patriarcado tradicional. Esse fenômeno é explicado a partir de estruturas mentais específicas que justificam a preeminência universal dos homens nas estruturas sociais e nas atividades produtivas e reprodutivas, colocando as diferenças como centro, resultando assim na divisão social do trabalho de produção e reprodução biológica e social, conferindo certa vantagem ao homem sobre a mulher. Tudo isso configura a representação androcêntrica da reprodução biológica e social, aceita por um *consenso prático* entre homens e mulheres, pois ambos assumem que suas posições nas relações de poder são de oposição em uma ordem simbólica. Para as mulheres, essa aceitação é o que permite a reprodução de uma *violência simbólica*, da qual elas mesmas acabam por sofrer (Bourdieu, 2000).

No ano de 2010, foi lançado o documentário *Silêncio das Inocentes*, dirigido por Ique Gazzola, que aborda a realidade da violência de gênero contra as mulheres no Brasil, destacando o relato de Maria da Penha⁴, vítima de violência e tentativa de assassinato por parte de seu marido.

Além disso, foram apresentados outros depoimentos de vítimas de violência de gênero, bem como as diversas opiniões de especialistas sobre a situação da mulher violentada no Brasil e os alcances da Lei 11.340, promulgada em 07 de agosto de 2006, também conhecida como *Lei Maria da Penha*.

Os casos apresentados no documentário explicam até que ponto as formas de violência de gênero contra as mulheres podem se estender, chegando a comportamentos criminosos que resultam em tentativas de homicídio ou no crime tipificado como feminicídio. Além disso, nos

4 O caso de Maria da Penha foi uma história de horror no Brasil. Ela foi vítima de uma tentativa de homicídio dupla por parte de seu marido em 1983 em Fortaleza, Ceará. O comportamento violento e criminoso de seu agressor, seu marido, resultou em deixá-la paraplégica devido a um tiro, além de tentar cometer posteriormente outros atos desumanos. Apesar de duas condenações contra o agressor, ele ainda estava em liberdade em 1998, ou seja, mais de 15 anos após os crimes, o sistema judicial mostrava-se ineficaz, reforçando a impunidade diante de crimes muito graves contra a vida e a saúde de uma mulher. Devido à falta de ação do Estado, Maria da Penha e organizações de direitos humanos levaram o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Em 2001, a Corte IDH responsabilizou o Estado do Brasil por omissão e negligência diante de um caso de violência contra a mulher que não havia sido devidamente punido, considerando também que os direitos de Maria da Penha haviam sido violados, incluindo seu direito a uma vida livre de violência e acesso à justiça. Este caso permitiu a aplicação da Convenção de Belém do Pará no sistema interamericano, estabelecendo um precedente sobre a responsabilidade jurídica de um Estado em relação a situações de violência contra as mulheres. O processo penal foi concluído em 2002 e o agressor foi preso no mesmo ano. Em 2006, o Congresso Nacional do Brasil decretou a Lei N°11340, conhecida como a “Lei Maria da Penha”, para combater a violência de gênero contra as mulheres em todos os âmbitos em que sua integridade emocional, psicológica e física esteja comprometida (CLADEM, 2021).

relatos das mulheres, são identificadas as causas do comportamento dos agressores, relacionadas ao uso de álcool e drogas, distúrbios de ciúme, crenças sociais baseadas em uma cultura machista e desigualdades econômicas de gênero, nas quais as mulheres afetadas não estavam empoderadas com um emprego adequado ou careciam dele, dedicando-se, pelo contrário, às tarefas domésticas.

O documentário visa fortalecer a luta contínua das mulheres dando-lhes visibilidade nos assuntos públicos, pois a violência de gênero contra as mulheres é uma questão social que exige, não apenas no Brasil, mas também em países da região, políticas públicas eficazes para prevenção, intervenção e punição no contexto das convenções internacionais promulgadas pelas Nações Unidas e pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Além disso, oferece informações sobre a Lei Maria da Penha, contribuindo para promover o exercício da cidadania nessa questão importante em que a violência contra as mulheres está presente em todos os estratos sociais, raças e etnias.

Um ponto importante mencionado no documentário pelos especialistas é a persistência da cultura patriarcal relacionada à desigualdade de poder entre os gêneros, que requer um período maior de tempo para ser superada. Enquanto isso, a violência contra as mulheres persiste nas sociedades contemporâneas e tem sua origem, de acordo com a especialista Christina Vital, em um sistema de domínio de poder que se manifesta nas relações entre homens e mulheres. Como argumenta Saffioti (2004), são estabelecidas relações desiguais construídas pela tradição cultural e por agentes envolvidos na trama das relações sociais, resultando em uma desigualdade de gênero. Sob essa perspectiva, diferentes formas de *violência de gênero* podem muito bem ser compreendidas como atos violentos entre um homem e outro ou entre uma mulher e outra. No entanto, o que se procura esclarecer é a categorização de uma forma de violência que surge das relações entre um homem e uma mulher, legitimadas por uma gramática sexual que justifica um determinado direito sexual do homem sobre a mulher, uma crença que surge no sistema patriarcal que “estabelece um tipo hierárquico de relações que invade todos os espaços da sociedade” (Saffioti, 2004, p. 57).

No entanto, o documentário insere a tipificação da violência contra as mulheres a partir do contexto jurídico da Lei Maria da Penha, que estabelece mecanismos

[...] para prevenir e combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, em conformidade com o parágrafo 8 do artigo 226 da Constituição Federal, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil. Além disso, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (Brasil, 2006, Título I, art. 1).

La Lei Maria da Penha estabelece a tipificação como violência doméstica e familiar contra a mulher de acordo com a Constituição Federal do Brasil e as convenções internacionais ratificadas pelo Estado. Nesse sentido, não há dificuldade em compreender a violência doméstica e a violência familiar como parte da violência de gênero, pois envolve não apenas a mulher, mas também os membros de uma família nuclear ou extensa que sofrem os efeitos prejudiciais surgidos dentro ou fora do domicílio, como resultado do exercício do poder do homem em seu território simbólico, outra crença justificada - e ainda vigente - no patriarcado (Saffioti, 2004).

Portanto, no âmbito da Lei Maria da Penha, o artigo 5 define a violência doméstica e familiar contra a mulher como “[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, bem como dano moral ou patrimonial”, e ocorre nos âmbitos “da unidade doméstica, entendida como o espaço de convivência permanente de pessoas, [...] da família, entendida como a comunidade formada por indivíduos [...] unidos por laços naturais, por afinidade [...]”; em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida [...]” (Brasil, 2006, cap. I, art. 5).

Além disso, ao definir legalmente a violência de gênero contra a mulher como violência doméstica e familiar contra a mulher, são precisadas as formas de violência claramente tipificadas

no artigo 7: 1) violência física, entendida como qualquer conduta que prejudique sua integridade ou saúde corporal; 2) violência psicológica, entendida como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima, com o objetivo de degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, por meio de ameaças, coerção, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contínua, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, entre outras formas; 3) violência sexual, entendida como qualquer conduta que a obrigue a presenciar, manter ou participar de uma relação sexual indesejada, por meio de intimidação, ameaça, coerção ou uso da força; que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou a force ao casamento, gravidez, aborto ou prostituição, ou que limite o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; 4) violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que envolva retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos; e 5) violência moral, entendida como qualquer conduta que envolva calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006, cap. II, art. 7).

A Lei Maria da Penha é uma ferramenta jurídica de avanço no Brasil, destacando a problemática da violência contra as mulheres nos assuntos nacionais, e de fato, desde 2006, a implementação da lei em todos os Estados da União tem sido amplamente aceita pela sociedade civil, especialmente pelas mulheres de todas as condições de classe, raça, etnia e origem. De acordo com Machado (2016), a Lei abrange as diversas perspectivas do feminismo com o objetivo de incluir todas as mulheres brasileiras, conforme menciona o artigo 2º que “Toda mulher, independentemente de sua classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana [...]” (Brasil, 2006, Título I, art. 2). É importante enfatizar essa pluralidade dialógica que constitui o principal fundamento jurídico; mas ao mesmo tempo, representa seu ponto fraco, uma vez que a lei foi submetida a observações para sua desqualificação técnica, o que levou à elaboração de duas iniciativas legais em defesa perante o Supremo Tribunal Federal (STF): a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4422 e a Ação Declaratória de Constitucionalidade 19. Nesse processo, o Supremo Tribunal Federal reafirmou a constitucionalidade e a pertinência técnica do documento legal em 2012, reduzindo as interpelações propugnadas (Machado, 2016).

Por outro lado, outro ponto de reflexão destacado no documentário é sobre as relações de dependência entre a mulher agredida e o parceiro agressor. Saffioti (2004) insistiu em afirmar que a violência contra a mulher reproduz a “rotinização” das agressões nos relacionamentos, gerando a codependência, o que revela uma questão sobre a compreensão das relações de gênero, já que comportamentos cíclicos são reproduzidos onde o homem agride a qualquer custo e a mulher suporta as agressões por determinação. É a lógica de como funciona esse mecanismo que “normaliza” a violência; no entanto, entender esse mecanismo de poder transgressor do homem sobre o corpo das mulheres também leva ao surgimento da ambiguidade nas decisões da mulher no processo judicial contra o parceiro agressor.

No documentário é mencionado que as mulheres não conseguem encerrar o processo de criminalização contra seus agressores, temendo sofrer consequências fatais como tentativas contra suas vidas, ameaças constantes tanto do agressor quanto de seu círculo familiar ou a perda de sustento por parte do agressor quando a mulher tem filhos sob sua tutela. As razões desse comportamento são detalhadas a seguir: Primeiro, trata-se de um relacionamento afetivo, com múltiplas dependências recíprocas, envolvendo seu círculo familiar. Segundo, as mulheres ainda estão construindo sua própria independência social, econômica e política (não é o mesmo que autonomia), então seu predomínio no âmbito público está pendente. Terceiro, na maioria dos casos, é o homem quem provê⁵ para o grupo doméstico, então se ele é preso, deixa uma mulher que tem filhos sob sua tutela em uma situação de “desamparo”, incapaz de trabalhar. É importante esclarecer que essa situação ocorre em todos os estratos socioeconômicos. E quarto, a pressão

5 Parte da crença da cultura patriarcal é conceber a ideia de que “o homem é o provedor das necessidades da família. Embora sua esposa possa trabalhar e contribuir para o orçamento familiar, é responsabilidade do homem ganhar o salário mais alto para cumprir sua função de chefe. Seja como único provedor ou o principal, não é permitido falhar [...] Sem dúvida, o fardo de ser o provedor do lar é muito pesado. Muitos homens perdem a vontade de viver por não conseguirem atender às expectativas impostas pela sociedade. Alguns se tornam alcoólatras após longos períodos de busca infrutífera por emprego. Outros se tornam sexualmente impotentes devido à pressão para cumprir o papel de macho. E alguns se tornam violentos, agredindo suas parceiras e filhos devido à desesperança causada pelo desemprego” (Saffioti, 2001, p. 24-25).

exercida pelo círculo familiar ou outras instituições de filiação que promovem a preservação da família (Saffioti, 2004).

Seja qual for a razão, ela justifica a ambiguidade nas decisões das mulheres que as leva a mudar de opinião e retirar as denúncias contra seus agressores. Sem dúvida, além dos avanços legais em favor das mulheres, muitas delas precisam de atenção psicológica e emocional para tomar decisões saudáveis e evitar consequências nefastas posteriores ao tentarem minimizar as agressões de seus parceiros. Em muitos casos, de acordo com o documentário, os resultados não foram encorajadores, pois os agressores continuaram atacando de forma sistemática até escalarem para situações de tentativa ou perpetrar feminicídios.

E como está a violência de gênero contra as mulheres no Brasil?

A Lei Maria da Penha continua sendo eficaz, pois estabeleceu um microsistema jurídico contra a violência doméstica e familiar que submete as mulheres. Sua implementação desencadeou importantes reformas jurídicas, como o funcionamento de juizados de violência, que se expandiram em muitos Estados da Federação; o aumento do número de núcleos de atendimento especializado nos Ministérios Públicos e nas Defensorias Públicas; a ampliação das redes de proteção e assistência; e a aplicação imediata de medidas protetivas em favor das vítimas contra os agressores, entre outras (Cavalcanti, 2012). No entanto, as leis e suas políticas de implementação também são avaliadas pelos resultados no campo, e os índices percentuais que descrevem os avanços sobre determinados problemas sociais.

O processamento de informações sobre os índices de violência doméstica contra as mulheres é uma construção contínua que exige esforços para compreender a problemática social empiricamente. Um detalhe é que os tipos de violência aos quais as mulheres estão sujeitas em maior proporção do que os homens são considerados 'menos graves', pois não resultam em morte. E é aqui que a coleta de informações sobre a violência contra as mulheres encontra dificuldades devido à subnotificação dos casos, à inconsistência dos registros e à falta de padronização e confiabilidade das fontes de dados, contribuindo para gerar uma desproporção na vitimização das denunciadas em todas as outras formas de violência (definidas na Lei Maria da Penha), ao contrário dos casos de violência letal (feminicídios), resultando em uma atenção desigual que não beneficia a lei, a política pública e seus programas para todas as mulheres que sofrem violência doméstica (Instituto IGARAPÉ, 2023).

No entanto, além dessas dificuldades, é importante reconhecer o trabalho de instituições específicas que investigam o problema com rigor e fornecem suporte no processamento e análise de dados, evidenciando que é possível gerar informações atualizadas que favoreçam a tomada de decisões das instituições públicas na melhoria das políticas de intervenção, com base nos índices de violência de gênero contra a mulher. Nesse sentido, são apresentadas informações recentes sobre a violência de gênero no Brasil, coletadas de diversas bases de dados, incluindo o sistema de saúde brasileiro (Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, ambos do Ministério da Saúde), das Secretarias de Segurança Pública e das Polícias Civis de cada Estado.

Acima de tudo, a violência contra as mulheres é uma prática terrível na sociedade brasileira. Em 2023, 30% das mulheres afirmaram ter sofrido algum tipo de violência ou agressão durante o ano de 2022, segundo dados coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023, p. 41). Essas formas de violência têm um impacto maior nas agressões à saúde e ao corpo, e em maior medida à própria vida da mulher, conforme relatado pelos dados ao longo dos anos com os casos de feminicídio. Portanto, os índices referem-se às modalidades de violência letal (feminicídios) e de violências não letais (física, sexual, patrimonial e psicológica).

Em relação aos casos de violência letal (feminicídios), esse fenômeno ocorre em um contexto alarmante de crescimento da violência no país. Segundo o Estudo Global de Homicídios 2023, publicado pelas Nações Unidas, o Brasil está no topo do ranking mundial de homicídios, no qual as mulheres representam 54% das mortes em contextos domésticos e 66% das vítimas de homicídios

são perpetradas por parceiros íntimos. Além disso, as mulheres negras⁶ enfrentam um risco 1,8 vezes maior de se tornarem vítimas, refletindo a questão racial na violência de gênero contra as mulheres (Da Silva, 2024).

Por outro lado, de acordo com os resultados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no primeiro semestre de 2023, 722 mulheres foram vítimas de feminicídio, representando um aumento de 2,6% em comparação com o mesmo período de 2022, quando 704 mulheres foram assassinadas por razões de gênero. O crime de feminicídio é categorizado como homicídio doloso, de acordo com o estabelecido no Código Penal com a promulgação da Lei 13.104/2015. O feminicídio é um ato criminoso resultante da violência doméstica e familiar por desprezo e discriminação em relação à condição feminina (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023a, p. 4).

De fato, no período de 2015 a 2021, o feminicídio no Brasil registrou um aumento no percentual de casos, entre 8% e 35%, uma cifra realmente preocupante em um contexto em que o sistema jurídico de defesa dos direitos humanos trava uma luta constante contra formas de discriminação e atos violentos contra mulheres de várias condições, seja social, racial, étnica ou por orientação sexual (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023, p. 46).

Em relação aos índices de violência não letal, 33,4% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais de idade experimentaram situações de violência física e/ou sexual por parte de seus cônjuges, namorados ou ex-parceiros. Este resultado é superior à média mundial estimada em 23%, conforme o Índice de Prevalência de Violência de Parceiro Íntimo divulgado pela Organização Mundial da Saúde. Ou seja, cerca de 21,5 milhões de mulheres sofreram violência física e/ou sexual por parte de seus parceiros (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023b).

Por outro lado, as formas de violência se manifestam de maneira preocupante nas relações entre mulheres e homens. Os percentuais expressam os níveis de agressividade, por exemplo, 24,5% afirmaram ter sofrido agressões físicas como tapas, socos e chutes (15,7 milhões), 21,1% sofreram violência sexual ao serem forçadas a manter relações sexuais contra sua vontade (13,6 milhões), 32,6% foram vítimas de violência psicológica, com insultos, humilhações e maus-tratos verbais (21 milhões), 12,9% relataram terem sido impedidas de se comunicar com familiares ou amigos (8,3 milhões); e 9,8% declararam não terem tido acesso a recursos básicos como atendimento médico, alimentos ou dinheiro (6,2 milhões) (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023b).

Em outro estudo complementar realizado pelo Instituto IGARAPÉ sobre a violência contra as mulheres no país nos últimos cinco anos, apresentou-se informações desde o ano de 2018 até 2022, a partir das bases de dados obtidas do Sistema de Saúde do Brasil para a violência não letal e das Secretarias de Segurança Pública e Polícias Civis das 27 unidades federativas do Brasil. O estudo classificou as formas de violência, conforme estabelecido pela Lei Maria da Penha, e foram registrados os seguintes dados entre o ano de 2018 como situação inicial e 2022 como situação final. Para a categoria *violência física*, iniciou-se com 131 mil casos e em 2022 finalizou com 142 mil casos; para a *violência sexual*, iniciou-se com 37 mil casos e finalizou com 54 mil casos; para a *violência psicológica*, iniciou-se com 62 mil casos e finalizou com 76 mil casos; e para a *violência patrimonial*, iniciou-se com 4 mil casos e terminou o período com 6 mil casos (Instituto IGARAPÉ, 2023).

Observa-se que no período de 2018 a 2022, os casos de violência não letal contra as mulheres aumentaram significativamente e as motivações encontram sua fonte no predomínio de uma cultura agressora normalizadora das desigualdades nas relações entre mulheres e homens. Agora, três hipóteses poderiam tentar explicar esse fenômeno: a) A redução significativa do orçamento público federal para as políticas de enfrentamento à violência doméstica, que representou a redução de 94%, durante o governo do ex-presidente Bolsonaro, dificultou o desenvolvimento de diversas ações para a prevenção da violência primária, secundária e terciária, como o atendimento especializado a mulheres em situação de violência, a construção de Casas da

⁶ É importante evidenciar que as desigualdades raciais aprofundam a violência letal contra as mulheres. Os dados mostram que “Entre 2020 e 2021, enquanto a taxa de homicídios de mulheres negras aumentou 0,5%, entre as mulheres não negras houve uma redução de 2,8% [...] Nos últimos cinco anos (2016 a 2021), a diminuição no número de mulheres negras assassinadas foi de 17,6%, enquanto a de mulheres não negras foi de 21,3%” (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023, p. 48). Portanto, observa-se que a redução de homicídios se torna mais lenta para as mulheres negras, o que reforça o argumento da desigualdade racial na letalidade das mulheres brasileiras.

Mulher Brasileira e Centros de Atendimento à Mulher, nas regiões de fronteira, entre outras; b) A presença do radicalismo político e o fortalecimento de posturas conservadoras que reforçaram os valores da cultura patriarcal e incentivaram os comportamentos agressivos contra as mulheres na sociedade brasileira; e c) A pandemia da COVID-19 teve um efeito na dinamização da violência contra as mulheres, através de cinco fatores: a restrição do funcionamento de serviços protetores; o pouco controle social da violência causado pelo isolamento; o aumento de conflitos gerados pela convivência; o aumento das separações de casais; e a perda econômica relativa das mulheres nas famílias (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023).

Repensar o documentário como dispositivo político contra a violência de gênero

Revisemos as possibilidades do documentário *Silêncio das Inocentes* para repensar seu potencial como dispositivo político e fazer da imagem um meio que não reduza as mulheres a objetos do espectador, mas que dimensione seu status como sujeito feminino em busca de representação social e luta política. Antes de tudo, é importante definir o que é um documentário. Segundo Nichols (1997; 2010), um documentário é um discurso do real que interpreta o mundo da experiência coletiva e que, somado a outros discursos (legais, culturais, econômicos e/ou políticos), produz uma construção autêntica de uma realidade social; daí serem chamados documentários de representação social ou não ficção, tornando visível e audível a matéria da qual a realidade em questão é feita, de acordo com o propósito do realizador ou cineasta.

Os documentários diferem de outros tipos de filmes porque representam “uma determinada visão de mundo, uma visão com a qual talvez nunca tenhamos nos deparado antes, mesmo que os aspectos do mundo representados nele nos sejam familiares” (Nichols, 2010, p. 47). De fato, se quisermos uma definição mais próxima, os documentários apresentam quatro características fundamentais: a) têm uma estrutura institucional que impõe uma forma institucional de ver e falar que faz funcionar um conjunto de limites ou convenções, tanto para o cineasta quanto para o público; b) pertencem a uma comunidade de profissionais do documentário que falam a mesma língua em relação ao seu trabalho, que abrange a parte técnica, a ética da observação, a logística e a distribuição do material; c) formam um gênero que se distingue pelo uso de comentários em voz off, entrevistas, gravação de som direto, cortes para introduzir imagens que ilustrem a situação mostrada em uma cena e a participação de atores sociais como personagens principais da história ou realidade; e d) uma relação *indexadora* com o tipo de espectador que presume que o que está observando é um contexto construído em uma estrutura fílmica documentada com sons e imagens, que pertencem àquela realidade, fazendo com que o espectador tenha a sensação de experimentar o mesmo que foi registrado (Nichols, 2010).

De certa forma, o documentário é um discurso de sobriedade, pois tem poder instrumental para alterar o próprio mundo, exercer ações e levar a consequências. Os discursos de sobriedade construídos a partir da ciência, economia, política, educação ou religião como sistemas, exercem efeitos moderadores constituindo uma relação direta e imediata com a realidade. Através desses sistemas, o poder se exerce a si mesmo, mediando a consciência, o conhecimento, o desejo e a vontade (Nichols, 1997).

Portanto, se o documentário tem um poder discursivo direto, então tem o potencial de estruturar um aparato ideológico de relações de gênero que não apenas maximizem as questões de poder em torno da sexualidade, mas também coloquem em debate o poder desigual que é exercido contra os sujeitos femininos. De fato, é importante adotar o conceito de *tecnologia de gênero* concebido por Teresa de Lauretis, que desenvolve uma interpretação sobre as implicações da tecnologia visual, incluindo o cinema, que constroem uma imagem sexualizada feminina que responde às condições do espectador. O cinema reproduz um discurso de poder estético, filosófico e psicossocial que fundamentam a representação do corpo feminino como lugar primário da sexualidade e do prazer visual, que precisa ser questionado a partir de um olhar crítico (Lauretis, 2000).

A concepção da cinematografia como uma *tecnologia social* ou como uma *tecnologia de*

gênero define particularmente os sujeitos femininos como opostos e derivados de um discurso nitidamente androcêntrico patriarcal. A mulher, como ser social, “é construída por meio dos efeitos da linguagem e da representação; assim como o espectador é o termo da série móvel de imagens fílmicas, assumindo e deslocando-se ao longo de posições sucessivas de significado” (Lauretis, 1988, p. 187). Em outras palavras, a mulher é reduzida sexualmente a um significado construído a partir da visão do espectador.

No entanto, se a representação é uma construção linguística realizada através da cinematografia como tecnologia de gênero, é pertinente reconfigurar a imagem da mulher como um sujeito que luta contra o sistema dominante androcêntrico, como se manifesta no documentário *O Silêncio das Inocentes*. Daí a importância de abrir caminho para o uso do documentário como um dispositivo semiótico de interpelação do sujeito feminino, questionando a hegemonia do sujeito masculino e invertendo o discurso da alteridade referente à posição subvalorizada da mulher, que tem sido representada como uma imagem especular, aquele espelho mostrado ao homem para compor sexualmente todas as ideias possíveis de oposição, de acordo com a concepção binarista do mundo (Lauretis, 1988, p. 188).

O documentário pode funcionar como um dispositivo discursivo político na luta contra a violência de gênero contra o sujeito feminino. Não se trata de criar uma espécie de documentário político, mas de estabelecer vínculos de militância política, de ter impacto nas maiorias sobre a violência de gênero contra a mulher. Pensar o documentário politicamente implica em gerar formas identitárias no simbólico e imaginário relacionadas à *ideia política*, um conceito desenvolvido por Alain Badiou (García, 2013). Segundo Badiou, a identidade simbólica promove que os sujeitos envolvidos politicamente busquem no documentário imagens ou figuras análogas à *ideia política* sobre a violência contra a mulher para mediar sua formação intelectual. Quanto à identidade imaginária, os sujeitos procurariam no documentário as protagonistas da problemática em questão cujos discursos se conectem com as estruturas afetivas da *ideia política*, e dessa forma elaborar o discurso de persuasão direcionado a um público local, regional ou nacional sobre a violência de gênero contra a mulher (Badiou, 2009, *apud* García, 2013).

O documentário pode funcionar como um dispositivo discursivo político na luta contra a violência de gênero contra o sujeito feminino. Não se trata de criar uma espécie de documentário político, mas de estabelecer vínculos de militância política, de ter impacto nas maiorias sobre a violência de gênero contra a mulher. Pensar o documentário politicamente implica em gerar formas identitárias no simbólico e imaginário relacionadas à *ideia política*⁷, um conceito desenvolvido por Alain Badiou (García, 2013). Segundo Badiou, a identidade simbólica promove que os sujeitos envolvidos politicamente busquem no documentário imagens ou figuras análogas à *ideia política* sobre a violência contra a mulher para mediar sua formação intelectual. Quanto à identidade imaginária, os sujeitos procurariam no documentário as protagonistas da problemática em questão cujos discursos se conectem com as estruturas afetivas da *ideia política*, e dessa forma elaborar o discurso de persuasão direcionado a um público local, regional ou nacional sobre a violência de gênero contra a mulher (Badiou, 2009, *apud* García, 2013).

O documentário não apenas avança em direção a uma *ideia política*, mas é o próprio discurso que se converte em uma *ideia fílmica* estruturada em torno de um conjunto de eventos representados em imagens inovadoras que vão além do conhecimento sobre o tema. No caso do documentário, as relações de gênero entre mulheres e homens, e as desigualdades de poder, são a novidade na temática, mostrando uma operação fílmica que projeta uma situação problemática sobre a violência de gênero, além dos documentários sobre mulheres em termos comerciais. Além disso, a *ideia fílmica* envolve o discurso do cineasta ou realizador do documentário, que cria o filme para fins éticos, como a defesa da dignidade das mulheres no contexto dos direitos humanos (García, 2013).

O discurso do documentário promovendo a luta contra a violência de gênero do sujeito

7 A ideia política é uma operação subjetiva na qual um indivíduo experimenta, por meio de um discurso intelectual e afetivo, sua capacidade de participar de uma sequência emancipatória coletiva e histórica. Corresponde à ação do sujeito político que, de maneira coletiva, projeta na realidade um procedimento, afirmando fatos no decorrer dos acontecimentos que se tornam uma narrativa imaginada como tal para se consolidar simbolicamente (Badiou, 2009, *apud* García 2013; Badiou, 2010, p. 238 - 239).

feminino é um dispositivo político ou uma *tecnologia do gênero* que, nas palavras de Rancière, (2010, apud García, 2013), permite refletir sobre o efeito de suas formas mostrando uma distância em relação ao modo de circulação das palavras, sons, imagens, gestos e afetos (a *ideia fílmica*) em relação ao discurso representado da mulher (a *ideia política*) como sujeito que se emancipa do discurso hegemônico androcêntrico, mostrando as aberrações do poder e da violência.

Por outro lado, a emancipação não deve se concentrar apenas na mulher representada, mas também no espectador. Esta *emancipação* começa quando o espectador questiona seu próprio olhar com a ação do protagonista, percebendo que as relações do dizer/ver e do fazer fazem parte da estrutura da dominação e da sujeição (Rancière, 2013). Este ato consiste em um poder que cada um traduz à sua maneira, aquilo que percebe e o vincula a uma aventura intelectual que os torna semelhantes a qualquer outro. É um poder comum da igualdade das inteligências que vincula as pessoas, que “as faz intercambiar suas aventuras intelectuais, mesmo quando as mantém separadas umas das outras [...]” (Rancière, 2013, p. 23). Em outras palavras, a emancipação é a capacidade que torna cada um igual a qualquer outro, e é exercida através de distâncias irreduzíveis por um jogo imprevisível de associações e dissociações. Nesse poder de associar e dissociar reside a emancipação de cada um de nós como espectador (Rancière, 2013).

Portanto, assume-se que, através do documentário como artefato discursivo de gênero, ocorre uma *emancipação* tanto da mulher protagonista quanto do espectador (ou espectadores), que assumem uma visão orientada para a *ideia política* sobre a luta contra a violência de gênero, e que entre ambos se estabelece uma relação de dissensão ou de aceitação de uma diversidade de pontos de vista e discursos heterogêneos que compõem o espectro discursivo em uma cultura democrática.

Considerações finais

No desenvolvimento destas linhas, foi feita uma abordagem para compreender a violência de gênero contra as mulheres como uma problemática complexa manifestada em diversas perspectivas, desde o social e as relações sexuais, o empírico com os casos de violência na região e no Brasil, o jurídico no contexto da Lei Maria da Penha, e o representacional com o documentário *O Silêncio das Inocentes*, que não apenas constitui um filme discursivo sobre a situação de agressão contra as mulheres, mas também é potencialmente um dispositivo de ação política para a desconstrução da violência nas relações de gênero. Do ponto de vista social e das relações sexuais, a violência de gênero é concebida como uma força social dotada de significados e com capacidade de estruturação da realidade, moldando culturalmente o corpo das vítimas e dos agressores. É o que seria definido como *violência modernista*, centrado no trabalho atroz sobre o corpo da vítima e o poder com o qual se funde é uma combinação de emoções, ao mesmo tempo é sua fonte de extensão. A partir disso, fundamenta-se a reflexão sobre a violência do sujeito feminino porque trata-se de uma força social que estrutura as relações de poder entre os gêneros, resultando nas dinâmicas sociais reproduzidas nos dados sobre a violência doméstica na região e no Brasil, respondendo aos paradoxos da modernidade.

Do ponto de vista jurídico, a Lei Maria da Penha promulgada em 2006 representa um marco legal de avanço na luta contra a defesa das mulheres de seus agressores, além de tipificar todas as formas possíveis de violência de gênero, que anos antes não teriam sido possíveis de serem sancionadas porque todas elas têm sua fonte de poder legitimada na cultura androcêntrica, embora continuem existindo por meio de comportamentos particulares denominados *micromachismos* que são sinais aparentemente não visibilizados nas relações de gênero, mas que devem ser advertidos como a origem da problemática social de violência doméstica feminina. Tal como assinalava Foucault (1980), “as relações de poder estão imbricadas em outros tipos de relação (de produção, de aliança, de família, de sexualidade) onde desempenham um papel ao mesmo tempo condicionante e condicionado [...] seu entrecruzamento esboça fatos gerais de dominação [...] que não convém, pois partir de um fato primeiro e massivo de dominação [...], mas sim mais uma produção multiforme de relações de dominação que são parcialmente integráveis em estratégias de conjunto” (p. 170-171). Esta afirmação nos leva a examinar como a cultura de dominação androcêntrica pode reinstalar-

se estrategicamente nas crenças dos sujeitos femininos quando se envolvem emocionalmente com seus agressores sem tomar decisão no contexto do marco jurídico vigente que demonstrou efetividade para a intervenção e assistência nos casos de violência, tentando que não se convertam em casos de feminicídio ou tentativa do mesmo. No entanto, os índices recentes que aumentam sobre a violência doméstica feminina no Brasil comprovam que o processo de reduzir a prevalência de violência contra as mulheres é um assunto público de ampla magnitude que deve estabelecer-se em políticas sociais não apenas de gênero, mas em políticas culturais e educativas de prevenção na sociedade e nas novas gerações.

Por fim, em termos representacionais, o documentário *Silêncio das Inocentes* não apenas retrata a situação de violência enfrentada por muitas mulheres brasileiras, mas também repensa suas possibilidades, delineando uma chave para representar a narrativa da emancipação feminina diante da violência patriarcal. Aqui, o cineasta-documentarista tem a liberdade de intermediar o encontro do outro, abordando sua intimidade e exigindo uma postura na perspectiva do espectador no contexto da alteridade do sujeito feminino. Dessa forma, enfatiza-se o caráter de resistência do documentário, pois trata-se de uma luta contra a negação de uma representação diferente da mulher, invertendo a imagem tradicional imposta pela concepção binária.

Portanto, a relação do espectador com a imagem “é invadida por uma consciência da política e da ética do olhar” (Nichols, 1997, apud Montoro; Cabral, 2017). Isso coincide com a *ideia fílmica* de Badiou e, ao mesmo tempo, com o propósito do documentário de se tornar um dispositivo político ou uma *tecnologia do gênero*, em termos de Lauretis, com potencial para emancipar os sujeitos em seu conjunto (seguindo Rancière), destacando o protagonismo das mulheres e de todos aqueles que assumem uma defesa orientada para a *ideia política*, retornando a Badiou. De fato, revitalizar a narrativa da violência contra as mulheres no cinema documental brasileiro é um desafio para refletir sobre novos olhares e significados para suas histórias entrelaçadas na problemática social da violência feminina (Montoro; Cabral, 2017).

Referências

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **Informe 2022/23. Amnistía Internacional. La situación de los derechos humanos en el mundo.** Londres: AM, 2023. Disponível em: <https://www.amnesty.org/es/documents/pol10/5670/2023/es/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BADIOU, Alain. **The Communist Hypothesis.** Translated: David Macey and Steve Corcoran. Brooklyn, NY: Verso, 2010.

BANDEIRA, Lourdes. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane de; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (Org.), **Mulheres e violências: interseccionalidades.** Brasília: Technopolitik, 2017, p. 14-35. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/35386>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BONINO, Luis. Masculinidad hegemónica e identidad masculina. **Dossiers feministes**, n. 6, 2002, p. 7-35. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/DossiersFeministes/article/view/102434>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BONINO, Luis. Micromachismos: el poder masculino en la pareja moderna. In: LOZOYA, José Ángel; BEDOYA, José María (Comp.), **Blog Voces de hombres por la igualdad**, 31 oct. 2008, p. 89-109. Disponível em: <https://vocesdehombres.files.wordpress.com/2008/07/micromachismos-el-poder-masculino-en-la-pareja-moderna.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **La dominación masculina.** Traducción: Joaquín Jordá. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção

sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 15 jan. 2024.

CASTRO, Roberto; RIQUER, Florinda; GUERRERO, Eduardo. Victimización de mujeres, crimen organizado y otras formas de violencia. In: CASTRO, Roberto; RIQUER, Florinda (Coord.), **Violencia contra mujeres. Sobre el difícil diálogo entre cifras y acciones de gobierno**. Cuernavaca: Universidad Nacional Autónoma de México – Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, 2020, p. 153 – 186. Disponível em: <https://libros.crim.unam.mx/index.php/lc/catalog/download/1/1/5-1?inline=1>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CAVALCANTI, Stela. Ley María da Peña: conquistas y desafíos en Brasil. **Derecho y Ciencias Sociales**, n. 7, 2021, p. 90–102. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/dcs/article/view/11170>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CLADEM. Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de las Mujeres. **Caso María da Penha: violencia doméstica**. Litigo – casos. CLADEM, 10 oct. 2021. Disponível em: <https://cladem.org/biblioteca/caso-maria-da-penha-violencia-domestica>. Acesso em: 12 fev. 2024.

DA SILVA, Jaceguara. Um retrato da violência contra as mulheres no Brasil. **Folha de S. Paulo**, 14 fev. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2024/02/um-retrato-da-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2023**. São Paulo: FBSP, 2023a. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/169d72f9-48b4-4f9a-a1ca-c06595232244>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 4. ed. São Paulo: FBSP; Datafolha Instituto de Pesquisas, 2023b. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/b04fc1a7-990f-4875-8e8c-f34a377b2b83>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica del poder**. Traducción: Julia Varela y Fernando Alvarez-Uriá. 2. ed. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1980.

FURTADO, Rael. **Silêncio das Inocentes – Documentário**. Youtube, 31 mar. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uxXKiSl9KY>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GARCÍA, Wenceslao. Cine y política en Alain Badiou: el poder retórico del cine al servicio de la transmisión de la idea política del presente. **Revista Icono 14. Revista Científica de Comunicación y Tecnologías Emergentes**, v. 11, n. 1, 2013, p. 195-215. Disponível em: <https://icono14.net/ojs/index.php/icono14/article/view/554>. Acesso em: 20 fev. 2024.

HERNÁNDEZ, Iyamira. **Violencia de género. Una mirada desde la sociología**. La Habana: Editorial Científico-Técnica, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2023**. Brasília: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia/>. Acesso em: 04 fev. 2024.

INSTITUTO IGARAPÉ. **La violencia contra las mujeres en Brasil en los últimos cinco años. Reducción de los homicidios y aumento de las violencias no letales.** Río de Janeiro: Instituto IGARAPÉ, 2023. Disponível em: <https://igarape.org.br/la-violencia-contra-las-mujeres-en-brasil-en-los-ultimos-cinco-anos/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

LADRÓN, Cristina y MONTORO, Casandra. Introducción a la violencia de género. In: CABALLERO, Yolanda; GÁLVEZ-SÁNCHEZ, Carmen (Coords), **De la violencia de género a los contrarrelatos feministas. Estudios multidisciplinares.** Barcelona: Octaedro, 2024, p. 315-336.

LAURETIS, Teresa de. Through the Looking-Glass. In: LAURETIS, Teresa de; HEATH, Stephen (Ed.), **The cinematic apparatus.** London: Macmillan Press, 1988, p. 187-202.

LAURETIS, Teresa de. **Diferencias. Etapas de un camino a través del feminismo.** Madrid: Horas y Horas, 2000.

MACHADO, Isadora Vier. Lei Maria da Penha: conquistas e desafios. In: VEIGA, Ana Maria; LISBOA, Teresa Kleba; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.), **Gênero e violências: diálogos interdisciplinares.** Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016, p. 8-26. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/171684>. Acesso em: 01 fev. 2024.

MAQUEDA, María Luisa. La violencia de género. Entre el concepto jurídico y la realidad social. **Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología**, n. 8, 2006, p. 8-13. Disponível em: <http://criminnet.ugr.es/recpc/08/recpc08-02.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2024.

MONTORO, Tania; CABRAL Barbara. O cinema brasileiro contemporâneo e a violência contra a mulher. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane de; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (Org.), **Mulheres e violências: interseccionalidades.** Brasília: Technopolitik, 2017, p. 101-114. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/35386>. Acesso em: 29 fev. 2024.

NICHOLS, Bill. **La representación de la realidad. Cuestiones y conceptos sobre el documental.** Barcelona: Paidós, 1997.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário.** 5. ed. São Paulo: Papirus Editora, 2010.

ONU MUJERES. **Midiendo la pandemia de sombre: La violencia contra las mujeres durante el COVID 19.** Nueva York: Organización de las Naciones Unidas, 2021a. Disponível em: <https://data.unwomen.org/sites/default/files/documents/Publications/Measuring-shadow-pandemic-SP.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ONU MUJERES. La pandemia de COVID-19 y la violencia contra la mujer: qué nos revelan los datos. **ONU Mujeres Noticias**, 24 nov. 2021b. Disponível em: <https://www.unwomen.org/es/noticias/reportaje/2021/11/la-pandemia-de-covid-19-y-la-violencia-contra-la-mujer-que-nos-revelan-los-datos>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ONU. Organización de las Naciones Unidas. **Declaración sobre la eliminación de la violencia contra la mujer.** Resolución de la Asamblea General 48/104. Nueva York: Organización de las Naciones Unidas, 20 dic. 1993. Disponível em: <https://www.refworld.org/es/leg/resolution/unga/1993/es/10685>. Acesso em: 09 fev. 2024.

ONU. Organización de las Naciones Unidas. **Declaración y Plataforma de Acción de Beijing.** Declaración política y documentos resultados de Beijing+5. Nueva York: Organización de las Naciones Unidas Mujeres, 2014. Disponível em: https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/CSW/BPA_S_Final_WEB.pdf. Acesso em: 05 fev. 2024.

OSBORNE, Raquel. De la 'violencia' (de género) a las 'cifras de la violencia': una cuestión política. **EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales**, n. 15, 2008, p. 99-124. Disponível em: <https://revistas.uned.es/index.php/empiria/article/view/1201>. Acesso em: 08 fev. 2024.

OSBORNE, Raquel. **Apuntes sobre violencia de género**. Barcelona: Edición Bellaterra, 2009.

PULEO, Alicia. El patriarcado: ¿una organización social superada? **Mujeres en red. El periódico feminista**, sep. 2006. Disponível em: <https://www.mujeresenred.net/spip.php?article739>. Acesso em: 08 fev. 2024.

RANCIÈRE, Jacques. **El espectador emancipado**. Buenos Aires: Manantial, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado y violencia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth; DE ALMEIDA, Suely. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Editora REVINTER, 1995.

WHO. World Health Organization. **Violence against women prevalence estimates, 2018. Executive summary**. Geneva: World Health Organization, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240026681>. Acesso em: 09 fev. 2024.

Recebido em 7 e novembro de 2025
Aceito em 6 de janeiro de 2026